





# 7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

assim como as demais instituições educacionais, oferecendo ao corpo docente condições de desenvolver melhor seu trabalho. Nota-se uma precarização do trabalho docente frente aos desafios de ensinar múltiplas crianças, atendendo suas especificidades, sem materiais pedagógicos, formação continuada, tempo de planejamento de aulas, espaços adequados ao desenvolvimento de atividades, refletindo, desse modo, de forma negativa na atuação, principalmente, com os alunos que têm dificuldades de aprendizagem.

Palavras chave: Projeto de extensão. Escola de Tempo Integral. Escola de Educação Especial.

## 1. Introdução

Este trabalho tem como intenção relatar os resultados parciais obtidos pela equipe de discentes, uma bolsista e um voluntário, do projeto de extensão “Educação Inclusiva: intervenções e práticas pedagógicas em instituições de educação básica”, vinculado ao Programa de Extensão Integração UFU/Comunidade – PEIC, da Faculdade de Ciências Integradas do Pontal – FACIP/UFU, com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais (NEE) em duas escolas da rede pública estadual da cidade de Ituiutaba-MG, sendo uma de tempo integral do ensino comum e a outra de educação especial.

O referido projeto de extensão constitui-se em uma proposta elaborada pelo Centro de Ensino, Pesquisa, Extensão e Atendimento em Educação Especial – CEPAE, da Faculdade de Ciências Integradas do Pontal – FACIP/UFU, que tem como objetivo principal desenvolver intervenções e práticas pedagógicas ligadas à temática de alfabetização e letramento na área da língua portuguesa e letramento matemático com alunos dos primeiros anos do ensino fundamental, que apresentam NEE (dificuldades de aprendizagem, síndromes, transtornos ou algum tipo de deficiência) que dificultem o processo de aprendizagem nas áreas do conhecimento supracitadas.

Nossa atual sociedade é caracterizada por grandes diferenças sociais, culturais e econômicas, as quais são conduzidas pelas demandas do mercado capitalista e pelas mudanças ocasionadas pela globalização. De acordo com a justificativa do projeto, esses novos rumos podem ser vistos por dois vieses:

ISBN: 978-85-93416-00-2



# 7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

Se, por um lado, esses rumos favoreceram e favorecem a maior disseminação de informações aos que têm condições socioeconômicas e culturais de acesso a elas; por outro, excluíram e excluem desse mesmo processo muitas pessoas que, por não ter essas mesmas condições, não usufruem dos benefícios do uso de instrumentos tecnológicos, acervo cultural e condições educacionais que promovem sua inserção real nessa mesma sociedade. (PEIC, 2016, p.02).

Mediante tal justificativa, é que se torna importante analisar e compreender de que modo a educação inclusiva tem sido construída e se essa, de fato, acontece nas instituições de educação básica, principalmente, as da rede pública de ensino, considerando que são nelas que se concentram, devido às baixas condições socioeconômicas, boa parte dos alunos com NEE. É pertinente ressaltar que, no Brasil, para fazermos considerações sobre a educação escolar, é preciso explicitar o aspecto econômico nacional, visto que não é cabível equiparar, por exemplo, uma pessoa com NEE em condição socioeconomicamente melhor e outra com a mesma necessidade e com menor poder aquisitivo.

Essas considerações se fazem importantes, uma vez que as condições de existência, os processos educativos, o acesso à cultura, aos espaços sociais, dentre outros, são decisivos para a configuração dos limites e potencialidades de todas as pessoas, inclusive para as pessoas diagnosticadas com NEE, pois fatores como esses contribuem significativamente para os processos de desenvolvimento e de ensino-aprendizagem.

Para tanto, um dos aspectos a serem analisados pelo projeto é como os alunos de uma das escolas estão sendo incluídos, se estão aprendendo ou apenas convivendo socialmente nesses espaços com pessoas sem deficiência. Ponderaremos também, se essas respectivas instituições de ensino realizam ações que promovam a inclusão ou se simplesmente reproduzem ações que favorecem a exclusão.

Nessa circunstância, verifica-se a relevância de realização de projetos e processos educativos, por meio de intervenções significativas e intencionais, que valorizem a diversidade e promovam a aprendizagem e o desenvolvimento dos alunos, sejam eles com ou sem necessidade educacional especial.

ISBN: 978-85-93416-00-2





# 7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

## 2. Material e Metodologia

O projeto está sendo desenvolvido em duas escolas da cidade de Ituiutaba-MG da rede pública estadual; uma instituição é de tempo integral de ensino comum. Possui ensino fundamental de 1º a 9º ano e sala de recursos, em que é ofertado Atendimento Educacional Especializado – AEE. A escola também conta com o projeto Escola Aberta por meio do qual ocorrem atividades esportivas para atender a toda comunidade escolar nos finais de semana. Possui dez salas de regência, laboratório de informática, quadra coberta, biblioteca com grande acervo e refeitório.

A escola de educação especial tem educação infantil (4 e 5 anos), ensino fundamental (1º a 9º ano) e educação de jovens e adultos – EJA. Também conta com oficinas pedagógicas, salas de regência, laboratório de informática, biblioteca com grande acervo literário e refeitório. Ainda não possui quadra, pois agora é que começou a ser construída e salas de profissionais especializados, como fonoaudiólogos, psicólogos, fisioterapeuta, assistente social e terapeuta ocupacional.

Tendo em vista a necessidade de conhecer as escolas em que o projeto seria implementado, inicialmente realizou-se uma análise do espaço físico, recursos pedagógicos, documentos dos alunos etc, por meio de um roteiro de observação previamente elaborado, que tinha como objetivo nortear a coleta de dados. Esse roteiro foi elaborado pelos bolsistas e voluntários, juntamente com a professora coordenadora do projeto. A primeira parte desse roteiro consistia em identificar os espaços físicos das escolas, a infraestrutura, como sala de recursos, sala de biblioteca, salas de aula, dentre outros. Depois, realizou-se um levantamento dos materiais pedagógicos, jogos, acervo literário, recursos tecnológicos que as escolas possuem, como televisão, DVD, retroprojetor, dentre outros.

Depois direcionamos nosso olhar para o ambiente pedagógico, se as escolas contavam com orientações e diretrizes coladas nas paredes, se expunham os trabalhos realizados com os alunos em murais, como eram as práticas pedagógicas das professoras e professores. Posteriormente, foi observado como se dava a participação dos discentes nas atividades propostas pelas escolas, e com o foco principal nos alunos que seriam atendidos pelo projeto. Para finalizar a etapa de diagnóstico, realizou-se o mapeamento dos

ISBN: 978-85-93416-00-2







# 7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

documentos (PDI - Plano de Desenvolvimento Individual, Laudos médicos, relatórios psicológicos e anamneses) dos alunos selecionados para participarem do projeto.

Para o desenvolvimento da proposta, temos a aprendizagem do aluno como norteador das atividades a serem desenvolvidas. Dentre elas, destacam-se as:

(...) avaliações diagnósticas para o mapeamento das NEEs que possuem; pesquisa bibliográfica para elaboração do banco de dados com as atividades de alfabetização e letramento; elaboração de materiais didáticos (atividades, jogos, dentre outros) com o propósito de intervenção pedagógica; realização de oficinas com professores/as e alunos/as para, respectivamente, a formação continuada e aprendizagem; realização de reuniões periódicas para análise dos resultados do projeto e possíveis alterações. (PEIC, 2016, p.02).

O projeto teve início em março deste ano e terá duração até dezembro. Os alunos atendidos pelo projeto foram selecionados pelas escolas. O critério de escolha utilizado pela escola foi ter “dificuldade de aprendizagem” e cursar os anos iniciais (1º ao 5º ano) do ensino fundamental, além de frequentar o tempo integral. Em relação à escola de educação especial utilizou como critérios de escolha, os alunos que estão nos anos finais do ensino fundamental (7º e 8º anos) e que serão incluídos no ensino comum da rede pública.

Organizamos em cada escola dois grupos com uma média de dez estudantes cada. Na escola comum, a Turma 1 foi organizada com os alunos de 1º ao 3º anos, a Turma 2 com os alunos de 4º e 5º anos. Na escola de educação especial, dividimos a Turma 1 com os alunos do 7º ano e a Turma 2 com os do 8º ano. Entende-se que o foco do projeto é contribuir com a formação dos alunos que apresentam maior defasagem de aprendizado, colaborando para uma equalização no processo de aquisição do conhecimento.

Antes de iniciar as atividades, elaborou-se, após as observações, um roteiro de entrevistas aplicado aos alunos selecionados para participarem do projeto, na forma de roda de conversa, em que foram estabelecidos momentos em que nós bolsistas fazíamos as perguntas para os alunos. Foi uma dinâmica em que procuramos dar voz a estes sujeitos, para que pudessem se expressar sobre as perguntas realizadas. Nós bolsistas também participamos da dinâmica, no sentido de demonstrar que iríamos trabalhar em conjunto, não um professor e alunos, mas um grupo de estudos. Usou-se este instrumento para realizar

ISBN: 978-85-93416-00-2





# 7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

uma primeira avaliação diagnóstica que teve como intuito a coleta de dados, que pudessem nortear o plano de intervenção a ser desenvolvido na escola de tempo integral.

Na escola de educação especial foi realizada uma contação de história utilizando o livro “Lino”. Teve-se como intuito promover um momento de interação entre bolsistas e alunos. Fez-se uma apresentação do projeto, destacando como as atividades seriam desenvolvidas; houve também um momento destinado à apresentação dos alunos.

Tem-se como premissa a importância também de contribuir para a formação continuada do professor, pois entendemos que o projeto tem uma duração específica para ser executado na escola, mas os professores poderão dar continuidade às atividades de alfabetização e desenvolver outros projetos, ou até mesmo dar continuidade a este.

### 3. Resultados e Discussões

Nas duas escolas fizemos o primeiro contato com a gestão, os professores e os professores especialistas e, posteriormente, nas outras visitas, buscou-se compreender o funcionamento destas instituições e as reais necessidades dos alunos. Nesse primeiro momento, foram realizadas reuniões com a gestão, com os professores e um levantamento do Plano de Desenvolvimento Individual - PDI dos alunos. Neles, notou-se a insuficiência de informações para a realização de intervenções pedagógicas que busquem minimizar as dificuldades de aprendizagem dos alunos. Desse levantamento, poucos constam anamneses e laudos médicos, e os que possuem também oferecem informações inconsistentes e de difícil interpretação para os docentes.

Para melhor discussão e compreensão dos resultados prévios, apresentaremos análises distintas das duas escolas. Primeiro, abordaremos as experiências vivenciadas na escola de ensino comum, de tempo integral, na qual os alunos têm, de acordo com o plano curricular da escola, aulas como capoeira, dança, música, educação física e regência.

Segundo Silva (2012, p.20-21), o PROETI (Projeto Educação em Tempo Integral), foi criado, em Minas Gérias a partir de experiências realizadas em 2005, em projetos como Escola Viva, Comunidade Ativa que visavam a melhoria da aprendizagem dos alunos mais carentes, tornando-se, em 2007, independente e estruturado, tendo como objetivo:

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização



Parceria



Apoio





# 7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

Proporcionar aos alunos prioritariamente de baixa renda a ampliação da área de conhecimento e a redução da possibilidade de reprovação dos mesmos; além de possibilitar a ampliação do universo de experiências artísticas, culturais e esportivas, com a extensão do tempo de permanência do aluno no ambiente escolar e redução da exposição de crianças e jovens às condições de vulnerabilidade social. (JESUS; SILVA, 2013, p.21).

Assim, a escola de tempo integral busca através do esporte, lazer e atividades culturais, propiciar as crianças de baixa renda familiar condições favoráveis ao seu desenvolvimento, tanto cognitivo como social. Contudo, mesmo com todos estes benefícios, nota-se que, para os alunos, a escola ainda é pouca atrativa, tendo como base os relatos afirmados pelos próprios alunos da instituição, que alegam que não gostam de estudar em tempo integral, pois é muito chato ficar o dia todo na escola. Desse modo, percebe-se que a implementação de ações como essa são oriundas de cima para baixo, sendo necessário ouvir o que os alunos esperam de uma escola de tempo integral.

De acordo com Silva (2013, p.22), sua implantação e expansão ocorreram por meio de decisões tomadas pelo governo federal em conjunto com o poder legislativo. Com a criação do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), estabeleceram-se recursos financeiros a serem aplicados nas escolas destinadas à jornada em tempo integral.

O que se observou na instituição em que o projeto está sendo desenvolvido, foi que há poucos ou quase nenhum material pedagógico. A escola possui poucos jogos e materiais didáticos; as salas de tempo integral possuem apenas carteiras e mesas, um armário com material do professor (livros, folhas), e colchonetes velhos. Elas não contam com ambiente alfabetizador, as paredes são lisas, sem nenhum estimulador visual; há falta de materiais que atendam aos alunos na jornada de tempo integral. A escola não conta com áreas destinadas às atividades lúdicas, salas de oficinas, vídeo, e de descanso. Possui uma biblioteca, mas que não é usada pelos alunos; grande acervo de livros que precisam ser descartados, como afirmou a diretora, que ficam em cima das mesas que seriam de pesquisas e leitura. Entendemos que não basta que o governo abra escolas de tempo integral, mas que ofereça condições favoráveis para o desenvolvimento das atividades,

ISBN: 978-85-93416-00-2





# 7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

recursos financeiros, espaço físico adequado, salas de descanso, salas de oficinas pedagógicas e materiais pedagógicos que possibilitem que os professores trabalhem em contra turno de maneira lúdica, promovendo o aprendizado das crianças. Diante disso, notou-se grande acúmulo de funções por parte dos professores, pois estes precisam passar a tarde toda com os alunos, com poucos recursos que promovam aulas diferenciadas e atrativas.

Desde os primeiros dias na escola, houve especulações e grandes expectativas para que os bolsistas começassem a atuar nas salas de aula, por parte dos professores e dos próprios alunos. Diante de tamanho interesse e devido aos questionamentos feitos constantemente, foi perceptível para os bolsistas e voluntários que, para os professores, era como se eles pudessem dividir conosco o peso da regência.

Nesse sentido, buscamos com a primeira intervenção fazer um momento de apresentação do projeto, dos bolsistas, colaboradores e principalmente dos próprios alunos. Elaboramos um roteiro de perguntas que propiciasse conhecer a realidade deles e que permitisse que se expressassem, uma vez que ensinar exige, acima de tudo, saber escutar o outro, promovendo um diálogo construtivo, propiciando uma relação prazerosa entre quem ensina e quem aprende.

Desse modo, para que pudéssemos considerar o saber prévio dos alunos, fizemos perguntas sobre dados pessoais de cada um, a partir de uma breve apresentação e depois os questionamos se gostavam de português, de matemática, o que gostavam, o que não gostavam e o porquê de cada resposta.

Observamos, com base nas respostas dos alunos, que a grande maioria não gosta das metodologias utilizadas pelos professores, o que não se relaciona propriamente aos conteúdos ensinados. Compreende-se assim, que, muitas vezes, o professor não consegue mediar o conteúdo ao aluno. As metodologias usadas, em muitos momentos, são desinteressantes, repetitivas e reprodutivas, o que faz com que o aluno não consiga compreender o sentido da aprendizagem e a relação do conhecimento escolar com a realidade social. Para o aluno, a matemática apresentada na escola não é a mesma usada para comprar um picolé no supermercado, ou fazer uma divisão de bolinhas de gude para

ISBN: 978-85-93416-00-2

Realização



Patrocínio



Apoio







# 7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

um jogo. A escrita usada na escola também parece não ser aquela que ele vive em constante contato.

Algumas vezes, o aluno é letrado, mas não é alfabetizado, ou vice-versa. Devemos então, nos questionar qual é o sentido da escola para a formação desse sujeito que precisa viver em sociedade, se o conhecimento prévio deste é desvalorizado e distanciado do conteúdo apresentado pela escola? Será mesmo que buscamos educar cidadãos críticos e reflexivos que serão capazes de atuar em sociedade, ou apenas procuramos ensinar conteúdos descontextualizados, que não fazem sentido nenhum para os alunos aprenderem?

[...] entendemos que a educação escolar é um sistemático e intencional processo de interação com a realidade, através do relacionamento humano baseado no trabalho com o conhecimento e na organização da coletividade, cuja finalidade é colaborar na formação do educando na sua totalidade – consciência, caráter, cidadania –, tendo como mediação fundamental o conhecimento que possibilite o **compreender**, o **usufruir** ou o **transformar** a realidade. (VASCONCELLOS, 2008, p. 98, grifos do autor).

Nesse sentido, a escola precisa ter como premissa formar o sujeito na sua totalidade, então é evidente que mesmo que trabalhando a escrita formal, os professores precisam contribuir para que a construção dos conhecimentos dos alunos ocorra.

Também perguntamos aos discentes o que eles achavam da escola de tempo integral. Muitos relataram que não gostavam e que estavam ali obrigados pelos pais, pois estes precisavam trabalhar e eles não podiam ficar sozinhos em casa. Nota-se, a partir de alguns comentários, a insatisfação desses alunos em terem que ficar o dia todo na escola.

Pensemos então como a escola, em muitos casos, é fatigante e repleta de regras, não oferecendo muitos atrativos que façam seus alunos gostarem de estar nela, a quererem permanecer em seus espaços. Questionamo-nos assim, se o modelo de escola de tempo integral, que é oferecido atualmente em Minas Gerais, e em específico em Ituiutaba, propicia momentos de reflexão e de acesso às diversas temáticas existentes em nossa sociedade, contribuindo para o processo de desenvolvimento cognitivo, social, afetivo,

ISBN: 978-85-93416-00-2





# 7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

cultural, motor ou apenas mantém estes alunos reclusos na escola, sem exercer de fato sua função social.

Tendo em vista estes questionamentos, não temos como intenção julgar a escola, mas é preciso um olhar mais atento para estas questões. É preciso discutir as políticas públicas de educação, pois não se pode apenas criar e implementar projetos de escolas de tempo integral, sem antes preparar o espaço físico, o corpo docente, os materiais pedagógicos, dentre outros.

Trataremos agora sobre a escola de educação especial, com o objetivo de desenvolver a proposta do projeto para contribuir com a inclusão dos alunos na rede comum de ensino. A princípio, a proposta era destinada aos alunos de 1º ao 5º ano, mas em contato com a escola, por meio de observação, de reuniões com a gestão e com professores, foi-nos sugerido que trabalhássemos com os alunos de 7º e 8º anos, que serão incluídos nas escolas de ensino comum.

Nessa perspectiva, notou-se que o projeto contribuiria melhor. Se entendermos que é preciso propiciar condições para a inclusão dos discentes, então precisamos também pensar em estratégias de alfabetização, para que eles possam ser incluídos no sentido verdadeiro do conceito, não segregados, sem conseguir acompanhar as salas do ensino comum. Assim, promover a inclusão exige um trabalho árduo, não somente disponibilidade das escolas ou professores que vão receber estes alunos. Mas a escola de educação especial precisa oferecer condições de aprendizagem para estes alunos possam sanar ou amenizar suas defasagens relativas ao processo de aprendizagem, enquanto que as escolas comuns também precisam pensar em metodologias voltadas para o ensino da criança com NEE de modo geral e, especificamente, daquela com deficiência.

Desse modo, entende-se a inclusão como processo de mão dupla, pois a escola de educação especial deve desenvolver seu trabalho em conjunto com as escolas de ensino comum, em prol de uma educação igualitária e de qualidade a todos de modo geral, e aos alunos com deficiência especificamente.

ISBN: 978-85-93416-00-2





# 7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

A escola especial, frente ao processo de inclusão, deve transformar-se, romper com o papel assistencialista, cujas prioridades eram o cuidado pessoal, a clínica e a socialização dos alunos com deficiências e transtornos globais do desenvolvimento, organizando-se para o oferecimento de apoio às escolas comuns, através de capacitações dos professores, suporte de recursos didáticos e tecnológicos específicos e oferecimento de complementação curricular aos alunos, público da Educação Especial, que estão matriculados nas escolas de ensino comum. (BRASIL, 2014, p. 25).

Assim, entende-se que a escola de educação especial deve oferecer apoio às escolas da rede comum de ensino, buscando consolidar estratégias que assegurem a inclusão e a permanência dos discentes na escola comum de ensino. Se não caminhamos sob este viés, agimos contrárias ao processo de inclusão, uma vez que atualmente se tem refletido, em discussões teóricas, sobre fatores como a permanência do aluno na rede comum, de forma que este se desenvolva em sua totalidade.

Essa escola de educação especial conta com grande acervo de materiais pedagógicos. Contudo, poucos professores fazem uso deles em sala de aula, enquanto que muitos ficam guardados em armários, pois faltam peças, ou não há organização adequada deles. A sala de recursos da escola foi fechada, nela eram atendidos os alunos da rede comum de ensino, pois estas não dispunham de tal atendimento educacional especializado nas suas próprias dependências.

O Guia da Educação Especial de Minas Gerais aponta que,

O atendimento educacional especializado (AEE) tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem. (MINAS GERAIS, 2014 p.16).

Assim, os alunos que necessitam deste atendimento ficam prejudicados uma vez que não podem contar com a sala de recursos da escola de educação especial. Como estamos garantindo aos nossos alunos o direito à aprendizagem, se cortamos dos orçamentos ferramentas fundamentais para garantir que estes alunos continuem nas escolas comuns, aprendendo? Devemos aqui refletir porque acima da permanência na escola comum, o aluno precisa ter assegurado seu direito ao ensino de qualidade.

ISBN: 978-85-93416-00-2





# 7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

Além das observações e da conversa com as crianças, realizamos a primeira intervenção na escola de educação especial por meio de uma contação de história chamada “Lino”. Após contarmos, buscamos analisar se os alunos compreenderam a história. Deixamos que os alunos relatassem o que entenderam e o que gostaram. Depois sugerimos que pudessem escrever com letras móveis as palavras do livro que mais chamaram a atenção deles. Percebemos que estes alunos apresentavam grandes dificuldades; alguns não souberam escrever nenhuma palavra, outros não interagiram conosco, e teve alunos que conseguiram escrever todas as palavras sem dificuldades. Após essa primeira atividade, trabalhamos com eles jogos de montar palavras; eles interagiram bastante entre si, uns ajudando os outros; os que têm menos dificuldade buscaram ajudar os que apresentam dificuldades mais acentuadas.

Depois, fizemos um jogo de bingo em que os alunos deveriam, com a cartela na mão, procurar as letras que formassem a palavra correspondente ao desenho. Os alunos que apresentavam menos dificuldades terminavam as cartelas e queriam mais. Assim, para estes alunos, o professor precisa atuar propondo constantes desafios. Não podemos pensar que todos os alunos aprendem do mesmo modo e no mesmo tempo, e também não podemos negar a estes alunos novos desafios, pois eles têm direitos assegurados de terem um ensino de qualidade. Nesta atividade foi interessante observar as hipóteses levantadas pelos alunos para a escrita de determinadas palavras. Foi necessário que interviéssemos buscando favorecer a construção do conhecimento da escrita por parte deles. Muitos alunos questionavam “O que está errado?” Para eles importava consertar o erro, não entender o porquê de a escrita ser daquela forma.

Entende-se que o processo de assimilação da escrita esbarra muito mais no “certo ou errado” ao invés das hipóteses que o aluno vai constrói. Compreendemos que esta mediação do professor gera pouco conhecimento, pois ele quer apenas que o aluno saiba escrever sem erros ortográficos, sem reflexão sobre a escrita. Então, isso não seria reprodução? Assim, a alfabetização volta-se para a alienação do sujeito uma vez que não possibilita compreensão sobre seu próprio processo de desenvolvimento, muito menos autonomia.

ISBN: 978-85-93416-00-2







# 7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

Quando se fala de inclusão não é só preciso oferecer condições ao aluno de aprender e se desenvolver, tanto cognitiva como socialmente, mas faz-se necessário pensar em que condições as escolas regulares estão recebendo estes alunos. Será mesmo que os espaços físicos da escola contribuem para a inclusão? O corpo docente recebe formação continuada para saber como contribuir com o aluno?

Essas e outras questões são de suma importância quando pensamos em inclusão. Sabemos que ela não está relacionada apenas à pessoa com deficiência, mas ao diverso, àqueles que são diferentes, seja pela cor da pele, pela etnia, pela religião, condição financeira, dentre outras características.

## 4. Conclusão

Tendo como base os dados coletados, as observações realizadas e as atividades desenvolvidas, observamos que os alunos com maior dificuldade de aprendizagem são muitas vezes desmotivados, que não se sentem valorizados nas salas de aula, ou não percebem a importância da aprendizagem para a vida deles.

Estes alunos são, em sua maioria, oriundos de classes socioeconomicamente baixas, sem grandes perspectivas familiares e sociais. Os alunos com deficiências são taxados socialmente como inválidos, e os alunos de baixa renda, que fogem do padrão normativo da escola, de ficar sentado, ouvir e obedecer a professora, que possuem vocabulários que representam seu meio social (como gírias), em muitos casos também podem ser rotulados como indisciplinados ou com hiperatividade. Desse modo, é preciso refletir sobre aspectos que podem interferir no processo de ensino-aprendizagem, e de outros, fora destes supracitados, e nas metodologias usadas pelo professor, na relação estabelecida entre ele e o aluno etc.

Assim, não se pode assegurar, sem uma equipe multidisciplinar, sem laudos médicos, que determinado aluno pode ou não ter alguma deficiência cognitiva. A escola precisa se atentar para laudos feitos com base no senso comum, sem conhecimentos teóricos. Sabe-se que cada aluno tem seu tempo, que não somos todos iguais, então porque a escola ainda insiste em colocar todos os alunos em “moldes” estabelecidos, muitas vezes,

ISBN: 978-85-93416-00-2





# 7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA



07 a 09 de setembro de 2016

por ela mesma? Sob tal argumento, é preciso investigar se na realidade são os alunos que não aprendem ou se são as escolas que não ensinam.

Promover a inclusão não é exclusividade para as pessoas com deficiência. Ela precisa permear a todos; dentro das escolas ainda se discute pouco inclusão. Os alunos com deficiência não querem ser enxergados apenas por elas, mas como seres humanos. Todos somos diferentes e temos nossas especificidades, isso é o que nós torna únicos.

Neste sentido, observamos que muitos dos alunos que fazem parte do projeto possuem mais potencialidades do aquelas exploradas pelas escolas, e que eles precisam sim ser enxergados por estas potencialidades. Muitos, antes mesmo de iniciar o ano letivo, já vem rotulados como incapazes de aprender. Assim, é preciso estudo, reflexão e empenho por parte de todos os profissionais da instituição escolar, para garantir a todos os alunos o direito à aprendizagem.

## 5. Referências

JESUS, Ana Maria Clementino et al. **Trabalho docente e educação em tempo integral: um estudo sobre o programa escola integrada e o projeto educação em tempo integral.** 2013. 183 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2013. Disponível em: <[http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUBD-9HMGLW/dissertacao\\_final\\_ana\\_clementino.pdf?sequence=1](http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUBD-9HMGLW/dissertacao_final_ana_clementino.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 7 maio 2016.

MINAS GERAIS. **Guia de Orientação da Educação Especial na rede estadual de Minas Gerais.** 2014. p.01-35. Disponível em: <[http://seeensinoespecial.educacao.mg.gov.br/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_download&gid=5959&Itemid=>](http://seeensinoespecial.educacao.mg.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=5959&Itemid=>)>. Acesso em: 15 maio 2016.

PEIC. **Educação inclusiva: intervenções e práticas pedagógicas em instituições de educação básica.** Ituiutaba, 2016.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Planejamento em questão. In. \_\_\_\_\_. **Planejamento: Projeto de Ensino Aprendizagem e Projeto Político Pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização.** 18. ed. São Paulo: Libertad Editora, 2008. p. 11-34.

ISBN: 978-85-93416-00-2